

CONTRATO

CONTRATO Nº 046 /2016/PJ/NOSSA SENHORA DO SOCORRO

Contrato que entre si celebram o Município de Nossa Senhora do Socorro e a **P.V. PNEUS EIRELI-ME**, na forma a seguir:

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO**, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, pessoa jurídica de direito público de base territorial autônoma inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.128.814/0001-58, com sede na Antônio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco, Centro, nesta Cidade de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, com a Interveniência da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos, na qualidade de **EXECUTORA E BENEFICIÁRIA DO CONTRATO**, ambos representados pelo Ilustríssimo Secretário Municipal, Senhor **KLEVERTON JOSÉ SIQUEIRA SANTOS**, infra-assinado, que se encontra autorizado a firmar este ajuste pelos termos do Parágrafo Único, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município, com a redação dada pela Emenda nº 01/2013 promulgada em 29 de abril de 2013, e o Decreto nº 5.282, de 09 de maio de 2013, com vigência em 1º de junho de 2013,

A empresa **P.V. PNEUS EIRELI-ME**, doravante denominada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade **LIMITADA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.848.971/0001-66, com sede na **AV. JOÃO LIMA DA SILVEIRA, Nº 3.918, BAIRRO: ALAGOAS**, na cidade de **ESTANCIA**, Estado de **SERGIPE**, neste ato representada pelo seu Diretor o Sr. **PAULO VILANOVA GOIS MELO**, adiante firmado, consoante os termos do instrumento de procuração pública que se integra a este ajuste como se nele estivesse transcrito, fazem-se presentes, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei nº 11.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu a modalidade Pregão, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, a Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de dezembro de 2006, e em especialmente o Decreto Municipal nº 509 de 29 de outubro de 2007, o Decreto Municipal nº 4.901, de 1º de fevereiro de 2013, e o Decreto Municipal nº 114 de 05 de abril de 2010, e para efeito de assinatura do contrato o Decreto Municipal nº 5.282, de 9 de maio de 2013, com vigência a partir de 1º de junho de 2013, bem como as demais legislações pertinentes em vigor, tendo em vista o que consta do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/NS SOCORRO** e o respectivo Processo Administrativo, as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO CONTRATUAL

- 1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, COM ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DESTA MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO, ESTADO DE SERGIPE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO 01 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/NS SOCORRO, aos itens: 01, 02, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, e 35; constante do ANEXO ÚNICO da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, e a PROPOSTA adjudicada que se anexa a este ajuste como se nele transcrito.**
- 1.2. **A CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação apresentadas quando da licitação PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/NS SOCORRO.**
- 1.3. **A execução do objeto deste Contrato será sob a forma parcelada, e sob o modo de fornecimento por preços unitários.**

CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR CONTRATUAL E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

- 2.1. **O valor estimado para o fornecimento decorrente do objeto deste Contrato é de R\$ 305.454,00 (TREZENTOS E CINCO MIL, QUATROCENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS) sendo que os recursos orçamentários para o pagamento da respectiva aquisição têm como fonte de Receita os**

Rua Antônio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

CNPJ 13.128.814/0001-58

Tel: (79) 2107-7865 - Fax: (79) 2107-7863

Nossa Senhora do Socorro/Sergipe

licitacao.pregao@socorro.se.gov.br



Socorro **CRESCER**
Nosso **Orgulho** também.



recursos do Município de Nossa Senhora do Socorro, cujos valores estão previstos no Orçamento do exercício de 2016 consignados na seguinte dotação orçamentária:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

- 48000 - Secretaria Municipal de Educação
- 48001 - Fundo Municipal de Educação-FUNDEB
- 40049 - Secretaria Municipal dos Transportes
- 46001 - Fundo Municipal de Assistência Social
- 41062 - Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÕES PROGRAMÁTICAS

- 8378 - Manutenção da Secretaria de Educação
- 8398 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
- 8392 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil
- 2048 - Manutenção da Secretaria Municipal dos Transportes
- 8329 - Manutenção do Fundo de Assistência Social
- 2054 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

ELEMENTO DE DESPESAS

- 3390.30.00.00 - Material de Consumo

FONTES DE RECURSOS

- 0193.050 - MDE
- 0193.003 - FUNDEB
- 0100.000 - RECURSOS PRÓPRIOS
- 0100.000 - Recursos Próprios Assistência Social
- 0193.027-FNS

CLAUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS

- 3.1 Este Contrato vigorará entre a data da sua assinatura e o dia 31 de dezembro de 2016. Vedado a prorrogação desse prazo.
- 3.2 No seu exclusivo interesse, o **MUNICÍPIO** poderá emitir tantas quantas Ordens de Fornecimento, ou Ordens de Paralisação, ou Ordens de Reinício de Fornecimento que se façam necessárias para o bom desenvolvimento da aquisição.
- 3.3 Excepcionalmente, os prazos de início de etapas de fornecimento admitem prorrogação, caso em que a garantia de fornecimento deverá ser complementada, permanecendo as demais cláusulas deste contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente atenuados em processo:
 - 3.3.1 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de fornecimento do contrato.
 - 3.3.2 Interrupção do fornecimento do objeto do contrato ou diminuição do ritmo de entrega por ordem e no interesse do **MUNICÍPIO**.
 - 3.3.3 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial reajustado deste contrato.
 - 3.3.4 Impedimento de fornecimento do contrato, por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **MUNICÍPIO** em documento contemporâneo à sua ocorrência.
 - 3.3.5 Omissão ou atraso de providências a cargo do **MUNICÍPIO**, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento no fornecimento do objeto deste contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Rua Antonio Valadao, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

CNPJ 13.128.814/0001-58

Tele: (79) 2107-7865 - Fax: (79) 2107-7863

Nossa Senhora do Socorro/Sergipe

licitacao.pregao@socorro.se.gov.br

3.4. Salvo em decorrência de fato imprevisto, ou na hipótese da ocorrência da teoria da imprevisão, caso em que haverá Termo Aditivo, as modificações que vierem a se acotar neste contrato serão efetivadas mediante Termo de Rerratificação Contratual.

3.5. Este Termo de Contrato ou seus aditamentos vigorará em seus efeitos desde a data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - FISCALIZAÇÃO DOS MATERIAIS

4.1. Os fornecimentos de bens objeto deste Contrato a serem entregues pela **CONTRATADA** serão fiscalizados pelo **MUNICÍPIO** e/ou pelos seus prepostos credenciados, que terão acesso a todos os locais onde os fornecimentos se realizarem e plenos poderes para praticar atos, nos limites do presente Contrato, que se destinem a acautelar e preservar todos e qualquer direito do **MUNICÍPIO**.

4.2. A Ação total ou parcial da Fiscalização não reduzirá nem eximirá a **CONTRATADA** de quaisquer das responsabilidades perante o **MUNICÍPIO** ou terceiros.

4.3. São atribuições da Fiscalização:

4.3.1. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e a documentação técnica indispensável e suficiente à realização dos fornecimentos contratados, se for o caso.

4.3.2. Comunicar à **CONTRATADA** por escrito e em tempo hábil, quaisquer instruções ou procedimentos a adotar sobre os assuntos relacionados com este Contrato;

4.3.3. Credenciar, junto à **CONTRATADA**, técnicos de seu próprio quadro, ou de terceiros, que atuarão como fiscais e únicos interlocutores para os fins previstos neste Contrato;

4.3.4. Recusar materiais que tenham sido entregues em desacordo com as condições preestabelecidas neste Contrato ou com informações fornecidas pelo **MUNICÍPIO**;

4.3.5. Proceder à verificação e à aprovação dos documentos encaminhados pela **CONTRATADA** relativos ao fornecimento de bens objeto deste Contrato;

4.3.6. Solicitar, por escrito, a suspensão de pagamento de quaisquer faturas emitidas pela **CONTRATADA** no caso de inobservância de exigências amparadas em disposições contidas neste Contrato, até a regularização da situação. Os pagamentos sustados serão efetuados tão logo as exigências da Fiscalização sejam atendidas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

5.1. O material contratado será entregue, de forma parcelada, em até 30 (trinta) dias, consecutivos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento a ser emitida pela Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos, nas condições descritas na respectiva Ordem de Fornecimento.

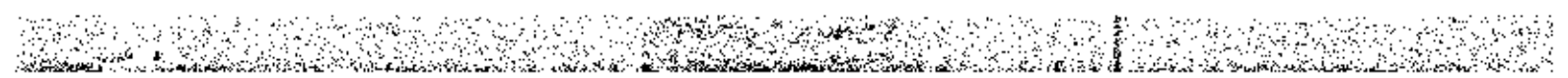
5.2. O recebimento provisório dos bens objeto deste Contrato será promovido pelo **MUNICÍPIO**, através de uma Comissão de 3 (três) membros devidamente nomeados, a qual verificará e atestará o cumprimento de todas as exigências contratuais, emitindo parecer conclusivo dentro do prazo de até 10 (dez) dias, contados da comunicação, por escrito, da contratada, informando a conclusão dos fornecimentos.

5.3. O recebimento definitivo dos bens objeto deste Contrato será feito em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da aceitação provisória pela Comissão a que se refere o item 5.1, desta Cláusula, ou por outra especialmente designada para este fim. Qualquer falha de funcionamento deverá ser prontamente reparada pela **CONTRATADA**, estando esta sujeita, ainda, às sanções previstas neste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - FORMA DE PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento de cada fatura não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplimento de cada parcela.







Socorro Cresce
Nossa Orgulho também.



- b) 0,36 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega dos bens objeto deste Contrato, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do **MUNICÍPIO**, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;
- c) 2% (dois por cento) e 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega dos bens objeto deste Contrato, nos casos de recusa ou inexecução;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato exceto prazo de entrega do objeto contratado.
- 10.1.2.2. A multa será formalizada por simples apostilamento, na forma do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à **CONTRATADA** a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:
- a) Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- b) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à **CONTRATADA**;
- c) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.
- 10.1.2.3. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à **CONTRATADA** pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP/M ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo **MUNICÍPIO** ou cobrados judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias consecutivos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal no **MUNICÍPIO**, ou no primeiro dia de expediente seguinte.
- 10.1.2.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:
- a) O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 5 (cinco) dias; e
- b) A execução de multa cu o montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.
- 10.1.2.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- 10.1.2.6. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo pelo Gestor e Fiscal deste Contrato com o objetivo da rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do **MUNICÍPIO** em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, sendo mantidas as penalidades na forma das alíneas do subitem 10.1.2.1.
- 10.1.2.7. Na aplicação das multas a que se refere o "caput" deste subitem, o **MUNICÍPIO** se limitará a aplicação de valores correspondentes ao percentual máximo de 20% do saldo do valor contratual.
- 10.1.2.8. Ocorrendo qualquer possibilidade de se exceder o limite percentual previsto na alínea "e", do subitem 10.1.2.1 anterior, essa situação consistirá em motivo para que o **MUNICÍPIO** rescinda unilateralmente este Contrato, independentemente da aplicação das outras penalidades previstas no item 10.1, desta Cláusula.
- 10.1.3. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA:** É a sanção pecuniária que será imposta à **CONTRATADA**, pela Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos, que impede temporariamente a Contratada de participar de licitações e de contratar com o **MUNICÍPIO**, e suspende o registro no Cadastro Municipal de Fornecedor e Prestadores de Serviços de acordo com os prazos a seguir:
- a) Por até 2 (dois) anos, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, não mantiver a proposta, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar

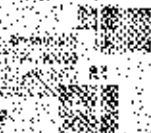
Rua Antonio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

CNPJ 13.128.814/0001-58

Tel: (79) 2107-7865 - Fax: (79) 2107-7863

Nossa Senhora do Socorro/Sergipe

licitacao.pregao@socorro.se.gov.br



Socorro **CRESCER**
Nosso **Orgulho** também.



ou fraudar na execução do contrato, ou ainda em caso de perda dos requisitos de manutenção da habilitação.

b). Por até 5 (cinco) anos, quando a **CONTRATADA**, receber qualquer das multas previstas neste subitem e não efetuar o respectivo pagamento ou comportar-se de modo idôneo;

10.1.3.1 A penalidade de suspensão será publicada no **QUADRO DE AVISOS E EDITAIS** na sede do **MUNICÍPIO**, conforme dispõe o art. 88 da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Socorro.

10.1.4. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:** A declaração de inidoneidade será aplicada somente pelo Prefeito Municipal, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.1.4.1 Será declarada inidônea a empresa que cometer ato como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

10.2. Disposições Gerais sobre as Sanções Administrativas

10.2.1. As sanções previstas no subitem 10.1 poderão também ser aplicadas a **CONTRATADA** que em razão deste Contrato:

a). Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b). Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.2. A penalidade de declaração de inidoneidade será publicada no **QUADRO DE AVISOS E EDITAIS**, na sede do **MUNICÍPIO**, conforme dispõe o art. 88 da Lei Orgânica do Município de Nossa Senhora do Socorro e comunicada ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF do Governo Federal.

10.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1, desta Clausula, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, do mesmo item, facultada a defesa prévia da interessada no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta dentro do prazo estabelecido.

CLÁUSULA ONZE DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1. O não cumprimento total ou parcial deste Contrato enseja sua rescisão, além da aplicação das sanções previstas, depois de notificada a **CONTRATADA**, para apresentar defesa prévia no prazo de 5 (cinco) dias, desde que sua manifestação não seja acatada pelo **MUNICÍPIO**, e que venha a ocorrer qualquer dos seguintes motivos:

11.1.1. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando ao **MUNICÍPIO** a presumir a não conclusão da entrega dos bens no prazo estipulado;

11.1.4. Atraso injustificado no início da entrega dos bens;

11.1.5. Paralisação da entrega dos bens sem justa causa e prévia comunicação e autorização do **MUNICÍPIO**;

11.1.6. Subcontratação total ou parcial da execução do contrato, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, do contrato; bem como a fusão, cisão ou incorporação da pessoa jurídica da contratada, que afete a boa execução contratual.

Rua Antônio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

CNPJ 13.128.814/0001-58

Tel.: (79) 2107-7865 - Fax: (79) 2107-7863

Nossa Senhora do Socorro/Sergipe

licitacao.pregao@socorro.se.gov.br



Socorro **CRESCER**
Nosso **Orgulho** também.



- 11.1.7. Desatendimento das determinações regulares do Gestor e Fiscal deste Contrato, bem como dos seus superiores hierárquicos;
- 11.1.8. Cometimento reiterado de faltas na execução do contrato que serão anotadas, obrigatoriamente, no "livro de ocorrências";
- 11.1.9. Decretação de falência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- 11.1.10. Dissolução da sociedade;
- 11.1.11. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que prejudique a execução do contrato;
- 11.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
- 11.1.13. Supressão, por parte do **MUNICÍPIO**, de materiais acarretando modificação do valor inicial reajustado do contrato além do limite de 25% (vinte e cinco por cento);
- 11.1.14. Suspensão da execução deste Contrato, por ordem escrita do **MUNICÍPIO**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevisíveis desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão ao cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 11.1.15. Atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo **MUNICÍPIO**, decorrentes de fornecimentos verificados, classificados ou conferidos, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem ou guerra, assegurado a **CONTRATADA**, o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 11.1.16. Não liberação, por parte do **MUNICÍPIO**, de área, local ou objeto para a entrega dos bens, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 11.1.17. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da entrega dos bens objeto deste Contrato;
- 11.1.18. Descumprimento das condições dispostas na Declaração de Inexistência de Empregados Menores;
- 11.2. Este Contrato poderá ser rescindido na ocorrência de quaisquer dos seguintes motivos:
- 11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **MUNICÍPIO**, nos casos enumerados nos itens 11.1.1 a 11.1.13, desta Cláusula;
- 11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação que deu origem a este Contrato, desde que haja conveniência para o **MUNICÍPIO**;
- 11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;
- 11.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
- 11.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório fundamentado da Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos e autorização escrita do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;

Rua Antonio Valadão, s/n - Centro Administrativo José do Prado Franco - CEP 49160-000

CNPJ 13.128.914/0001-58

Tel: (79) 2107-7865 - Fax: (79) 2107-7863

Nossa Senhora do Socorro, Sergipe

licitacao.pregao@socorro.se.gov.br

- 11.5. No caso de haver rescisão pelos motivos expressos nos itens 11.1.12 a 11.1.17, desta Cláusula, a **CONTRATADA** será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
- 11.5.1. Devolução da garantia contratual;
- 11.5.2. Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- 11.5. A rescisão contratual motivada por qualquer das condições definidas do item 11.1.1 ao 11.1.11 e 11.1.18, desta Cláusula, acarreta as seguintes consequências para a **CONTRATADA**, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Dez – Das Sanções Administrativas:
- 11.6.1. Assunção imediata do objeto deste Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal;
- 11.6.2. Ocupação e utilização do local, pelo **MUNICÍPIO**, das instalações, equipamentos e material empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, a serem devolvidos ou ressarcidos posteriormente mediante avaliação;
- 11.6.3. Execução da garantia contratual, para ressarcimento do **MUNICÍPIO** e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;
- 11.6.4. Retenção dos créditos decorrentes da execução deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao **MUNICÍPIO**;
- 11.7. Na hipótese de ocorrência do que expressa o item 11.5.2, desta Cláusula, o ato de ocupação será precedido de autorização expressa do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

CLÁUSULA DOZE ~~DA GARANTIA CONTRATUAL~~

- 12.1. A adjudicatária, quando convocada para assinatura do contrato prestará garantia de execução do objeto deste contrato em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual.
- 12.1.1. Somente tendo prestado a garantia de que trata o "caput" deste item é que será possível a adjudicatária firmar este Contrato.
- 12.2. A adjudicatária prestará garantia de execução do objeto deste contrato dentre as modalidades adiante descritas, que vier a optar em declaração expressa constante de sua Proposta Comercial, conforme a alínea "d" do item 6.2 do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/NS SOCORRO**.
- 12.3. São modalidades de garantia:
- a) caução em dinheiro, neste caso o numerário deverá ser depositado em conta de poupança vinculada ao contrato derivado desta licitação no BANCO ITAU S/A, Posto de Atendimento situado na Rua Antonio Valadão, s/n - Centro - CEP: 49.160-000 - Nossa Senhora do Socorro/SE - Centro Administrativo José do Prado Franco;
 - b) títulos da Dívida Pública, neste caso desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, sob a fiscalização do Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC - Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais. Devem, ainda, ser revestidos de liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários, e, ainda, sua titularidade estar gravada em nome da empresa Contratada;
 - c) fiança bancária;
 - d) seguro-garantia;
- 12.4. A garantia deverá ter validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no contrato;



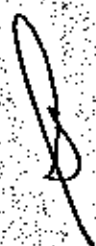
- 12.5. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdências, decorrentes da contratação, não seja comprovado até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo **MUNICÍPIO**.
- 12.6. A perda da garantia em favor do **MUNICÍPIO**, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 12.7. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro garantia, deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 12.1, devidamente atualizada.
- 12.8. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação a garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.
- 12.9. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre houver alteração que modifique o valor global do contrato.
- 12.10. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pela não conclusão ou conclusão incompleta da entrega dos bens e pelas eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.
- 12.11. Depois da aceitação definitiva dos fornecimentos contratados, expedido o correspondente Termo de Recebimento Definitivo pelo **MUNICÍPIO**, será devolvida a garantia e seus reforços no prazo de 30 (dez) dias consecutivos.

CLÁUSULA TREZE DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Dos atos praticados com respeito a este Contrato cabe, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, RECURSO, a contar da publicação do ato no QUADRO DE AVISOS E EDITAIS na sede do **MUNICÍPIO** ou da comunicação do fato pelo Gerente de Contrato do **MUNICÍPIO**, nos casos de:
- 13.1.1. Rescisão do contrato e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da comunicação pelo Gerente de Contrato do **MUNICÍPIO**;
- 13.1.2. Suspensão temporária, contado da publicação do ato no QUADRO DE AVISOS E EDITAIS na sede do **MUNICÍPIO**;
- 13.2. O recurso previsto no caso do item 13.1.1. terá efeito devolutivo, podendo o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Socorro, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto efeito suspensivo;
- 13.3. O recurso será interposto pela **CONTRATADA** se assim o desejar, dirigida ao Exceletíssimo Senhor Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Socorro, por intermédio do Gerente de Contrato do **MUNICÍPIO**, podendo este reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Socorro, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento do recurso sob pena de responsabilidade.
- 13.4. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUATORZE DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

- 14.1. As especificações, constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO 01 do PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/NS SOCORRO**, se agregam a este contrato como se nele estivesse transcrito em sua integralidade, vinculando-se ainda ao Processo do respectivo Pregão e à Proposta Comercial da **CONTRATADA**.



- 14.2. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato. O caso de supressão acima do limite ora estabelecido somente poderá ser efetivado mediante acordo entre as partes.
- 14.3. É vedada a subcontratação, a sub-rogação ou transferência ou cessão parcial ou total deste Contrato, porquanto o **MUNICÍPIO** não pode contratar com terceiros estranhos ao procedimento licitatório ou fora da ordem de classificação das propostas do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015/SETRAN/MS SOCORRO**.
- 14.4. Para o fornecimento objeto deste Contrato o **MUNICÍPIO** designará, por ato da **INTERVENIENTE** a que se vincula este Contrato, um Servidor como seu representante, com a competência de Gestor e Fiscal deste Contrato, que dentre outras atribuições anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento objeto deste Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 14.4.1. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor e Fiscal deste Contrato solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.
- 14.6. Durante o fornecimento do objeto deste Contrato, o **MUNICÍPIO** poderá exigir da **CONTRATADA** seguro para garantia de pessoas e bens para um bom e perfeito desenvolvimento do fornecimento contratado, conforme o grau de criticidade da etapa de cada fornecimento objeto deste Contrato.
- 14.6. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade induz à deste Contrato, não gerando obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no subitem 14.6.2 desta Cláusula.
- 14.6.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.
- 14.6.2. A nulidade não exonera ao **MUNICÍPIO** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que esta houver fornecido até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se estes prazos em dia de expediente no **MUNICÍPIO**. Considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 14.8. Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 14.8.1. Unilateralmente pelo **MUNICÍPIO**:
- 14.8.1.1. Quando se fizer a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no item 14.2 deste Contrato.
- 14.8.2. Por acordo das partes.
- 14.8.2.1. Quando conveniente à substituição da garantia de fornecimento.
- 14.8.2.2. Quando necessária a modificação do modo de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- 14.8.2.3. Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação do fornecimento de bens.
- 14.8.2.4. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição do **MUNICÍPIO** para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos do fornecimento do

ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

CLAUSULA QUINZE DO FORO CONTRATUAL

- 15.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Nossa Senhora do Socorro, Estado de Sergipe, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos de sua execução.
- 15.2 Assim, estando justos e pactuados, assinam as partes este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito jurídico e legal, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas.

Nossa Senhora do Socorro – (SE), 21 de janeiro de 2016.

MUNICIPIO:


INTERVENIENTE

Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos

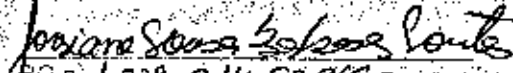
BENEFICIARIA E EXECUTORA DO CONTRATO:

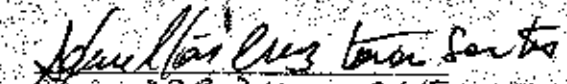

P. V. PNEUS EIRELI-ME
Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Urbanos

CONTRATADA


P. V. PNEUS EIRELI-ME
CNPJ/MF sob n.º 21.848.971/0001-66

TESTEMUNHAS:


RG n.º 1.328.914 SSP/SE
CIC/MF n.º 944.477.185-87


RG n.º 936.74.550/18
CIC/MF n.º 585.094.195-2